SUMÁRIO

Nota do autor à 4.ª edição 9
Nota do autor à 3.ª edição 11
Nota do autor à 1.ª edição 13
Introdução 15
Abreviaturas 23

1. A tutela constitucional do meio ambiente 27
   1.1 Noções gerais 27
   1.2 Bem ambiental 29
      1.2.1 Conceito de bem ambiental 29
      1.2.2 O bem ambiental e a nova ordem constitucional 30
      1.2.3 A natureza jurídica do bem ambiental 33
      1.2.4 O bem ambiental e o direito de propriedade 34
   1.3 Competências em matéria ambiental 38
      1.3.1 Competência legislativa 39
      1.3.2 Competência material 41
   1.4 Conclusões 43

2. Meios processuais de proteção do meio ambiente 45
   2.1 Tutela coletiva ambiental 45
      2.1.1 Ação popular constitucional 46
      2.1.2 Ação civil pública 49
      2.1.3 Outros meios processuais de tutela ambiental 56
   2.2 Conclusões 61

3. O inquérito civil como meio de proteção do meio ambiente 62
   3.1 Considerações gerais 62
   3.2 O Ministério Público na presidência do inquérito civil 66

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3 Conclusões 68
4. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 69
4.1 Considerações gerais 69
4.2 Compromisso de ajustamento de conduta e acesso à justiça 72
4.3 Natureza jurídica 77
4.4 Objeto e limites objetivos 82
4.5 Legitimidade 85
4.6 Revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público 91
4.7 Aspectos formais 97
4.7.1 Admissão da ocorrência do dano ou risco de dano 98
4.7.2 Consequências para o caso de descumprimento 99
4.7.3 Indicação da destinação das quantias em dinheiro 99
4.7.4 Quem deve assinar o termo de compromisso de ajustamento... 101
4.7.5 Garantias ao ajustamento de conduta 106
4.8 Efeitos do compromisso de ajustamento de conduta 107
4.9 A mutabilidade do compromisso de ajustamento de conduta 110
4.10 Publicidade 111
4.11 Desconstituição do termo de ajustamento de conduta 113
4.12 Conclusões 114

5. APONTAMENTOS SOBRE O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL 117
5.1 A importância para a tutela do meio ambiente 117
5.2 Objeto 119
5.2.1 Obrigações de fazer 120
5.2.2 Obrigações de não fazer 125
5.2.3 Obrigações de dar coisa certa 126
5.2.4 Indenização em dinheiro (danos irreparáveis) 126
5.2.5 Compensação por equivalente 129
5.2.5.1 Natureza jurídica 129
5.2.5.2 Vantagens e desvantagens 131
5.3 Cominação 132
5.3.1 Obrigatoriedade 132
5.3.1.1 A cominação como ato vinculado 134

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.3.1.2 Consequências da falta de cominação 134
5.3.2 Natureza jurídica da cominação 135
5.3.2.1 Espécies de cominação 136
5.3.2.2 Sanção pecuniária 137
5.3.2.2.1 Valor da cominação 137
5.3.2.2.2 Inaplicabilidade do art. 412 do CC 139
5.3.2.2.3 Da necessidade de observância diferenciada para as cominações de cada uma das obrigações assumidas 140
5.4 A importância de atuação homogênea por parte dos órgãos legitimados 141
5.4.1 A atuação do Ministério Público 141
5.4.2 A atuação dos demais órgãos públicos 142
5.5 O ressarcimento das despesas com a prestação de serviços técnicos científicos para verificação do dano ambiental 143
5.6 O termo de ajustamento de conduta e os crimes ambientais 143
5.7. TAC e alteração legislativa "in pejus" – Os compromissos de ajustamento e o novo Código Florestal 146
5.8 Conclusões 153

6. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO PRELIMINAR 156
6.1 Natureza jurídica 156
6.2 Objeto 157
6.3 Enquadramento legal 159
6.4 Efeitos do ajustamento preliminar 159
6.5 Continuidade das investigações pelo órgão legitimado a tomar o ajustamento 159
6.6 Conclusões 160

7. A EXECUÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL ... 161
7.1 Introdução 161
7.2 Procedimentos 163
7.2.1 Execução de obrigação de fazer 163
7.2.2 Execução de obrigação de não fazer 168

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.2.3 Execução de dar coisa certa ou incerta 169
7.2.4 Execução de quantia certa 170
7.3 A competência em sede de execução da tutela coletiva 174
7.4 Legitimidade para a execução do título 175
7.5 Legitimidade passiva na execução do termo de ajustamento de conduta 177
7.6 O poder-dever de executar o título inadimplido 178
7.7 A extinção da execução de título executivo baseado em compromisso de ajustamento de conduta 179
7.8 Conclusões 180

8. A RESPONSABILIDADE DOS LEGITIMADOS PELO AJUSTAMENTO FIRMADO 182
8.1 Responsabilidade ambiental cível 182
8.2 Responsabilidade por ato de improbidade administrativa 192
8.3 Responsabilidade penal 197
8.4 Responsabilidade administrativa 201
8.4.1 Sanções administrativas ambientais 201
8.4.2 Sanções disciplinares 203
8.5 Conclusões 204

BIBLIOGRAFIA 205

APÊNDICE 215
1. LEGISLAÇÃO 217
Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 217
Lei 7.347, de 24 de julho de 1985 240
Dec. 1.306, de 09 de novembro de 1994 245
Lei 9.008, de 21 de março de 1995 247
Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011 250

2. SÚMULAS DO CSMP-SP DE INTERESSE 260

3. MODELOS DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 263
Arquivos públicos 263
Cláusula de compensação por equivalente 265

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Extração ilegal de minério 268
Poluição sonora – Estabelecimento comercial 269
Poluição sonora decorrente de cultos religiosos 270
Preservação de patrimônio histórico, cultural e arquitetônico 272
Prevenção de dano em área de preservação permanente 273
Proteção à fauna – Centro de controle de zoonoses 274
Proteção à fauna – Manutenção de animais silvestres em cativeiro 280
Proteção à fauna – Pesca ilegal 281
Proteção à fauna – Regularização de jardim zoológico 283
Retirada de areia de praia 285
Unidades de conservação 286
OUTRAS OBRAS DO AUTOR 288

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br